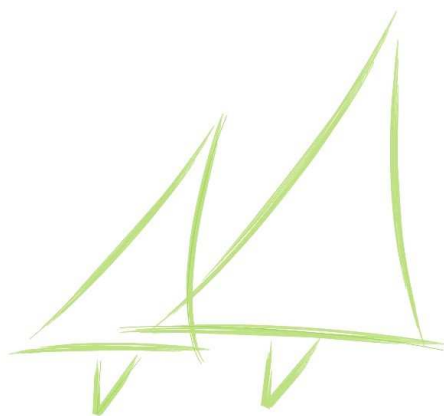


V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA
MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



023 - COOPREENDEDORISMO: TRANSFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO BASE PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo
comércio justo e pelo trabalho digno

Prof. Adm. Jovino Moreira da Silva, M. Sc.¹

Jovinho40@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo

Este artigo relata algumas experiências alcançadas, com base nos trabalhos realizados em comunidades rurais e urbanas, durante as atividades do projeto de criação e desenvolvimento de cooperativas setoriais na Região Sudoeste da Bahia. Os conhecimentos adquiridos sobre o comportamento, o desempenho e a atuação dos indivíduos e a convivência com os grupos de referência foram muito importantes, tanto para ampliar as contribuições definidoras do Coopreendedorismo, como pela oportunidade de identificar fatores críticos que contribuem com ameaças e oportunidades para os propósitos de projetos como este. Foi possível identificar, até agora, pelo menos cinco fatores que contribuem para o desenho de características impulsionadoras do tipo retardador ou propulsor de projetos que venham a ser criados com vistas ao desenvolvimento de formas cooperativas setoriais, em especial com objetivos direcionados para a redução da pobreza. Também foram detectadas algumas dificuldades derivadas desses fatores durante os trabalhos de campo, bem como identificados dois tipos de possibilidades para a criação de cooperativas. Apesar de não ter sido criada alguma cooperativa durante o período de execução do projeto, os seus resultados foram muito positivos e proveitosos pelo fato de se ter alcançado progressos para a identificação de parâmetros para consolidar perfis coopreendedorias.

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Faculdades Integradas de Jequié - FIJ

Palavras-chave: Coopreendedorismo; Cooperativismo; Redução da Pobreza; Cooperativas setoriais; Administração de Cooperativas.

Abstract

This article tells some reached experiences, with base in the works accomplished in rural and urban communities, during the activities of the project of creation and development of sector cooperatives in Bahia. The acquired knowledge on the behavior, the acting and the individuals' performance and the coexistence with the reference groups were very important, so much to enlarge the contributions to the definitions of *Coopreneurship*, as for the opportunity to identify critical factors that contribute with threats and opportunities to the purposes of this projects. It was possible to identify, up to now, at least five factors that contribute to the drawing of characteristics of the type retardate or propeller of projects that come to be created to the development of sectorial cooperative, especially with objectives addressed for the reduction of the poverty. Some were also detected derived difficulties of those factors during the field works, as well as identified two possibilities for the creation of cooperatives. In spite of some it was not created cooperative during the period of execution of the project, its results were very profitable for the fact of to have reached progresses for the identification of parameters to consolidate *coopreneurial* profiles.

Keywords: Coopreneurship; Cooperativism; Poverty Reduction; Sectorial Cooperatives; Administration of Cooperative.

INTRODUÇÃO

Como resultado dos estudos e trabalhos de campo, os quais geraram alguns artigos já apresentados em seminários e encontros nacionais e internacionais, procuro salientar neste ensaio alguns traços comuns dentro das populações alvo de estudo que, segundo apreciei, são extensivos tanto para as zonas rurais quanto para as urbanas periféricas em especial.

Neste artigo vou discorrer sobre esses pontos de referência que também podem contribuir para desenhar características primárias relativas aos comportamentos individuais e coletivos dos grupos dentro de algumas comunidades, e que foram avaliados como possíveis elementos promotores de rejeição ou aceitação da filosofia cooperativista, como sejam:

- Fatores de exclusão social, educacional e econômica
- Fatores de dependência do poder
- Fatores de dependência de grupos mais organizados ou que exercem dominação de governança sobre os membros locais
- Fatores culturais e religiosos bem como dependência aos valores transcendentais explorados pelos grupos religiosos e ideológicos organizados

- Fatores geradores de senso comum e relacionados com a formação de um imaginário baseado na aprendizagem oral-auditiva decorrente de relatos, geralmente conduzidos pelos indivíduos mais antigos ou mais experientes das comunidades, em detrimento do processo visual-oral, ou de leitura e interpretação.

Estes cinco fatores foram os que mais se salientaram nos encontros e reuniões com os líderes e grupos de discussão durante o tempo em que estive estudando e observando o desempenho de comunidades dos distritos de Vitória da Conquista.

Dentre as dificuldades derivadas desses fatores que atropelaram as relações e as visitas aos aglomerados urbanos e rurais as mais salientes foram:

- Dificuldades (e até ameaças) derivadas das bases religiosas e ideológicas dominantes nas localidades;
- Dificuldades geradas por grupos econômicos organizados dentro e fora das comunidades, que controlam a circulação monetária nas localidades sob a forma de rifas, troca de cheques, empréstimos condicionados à disponibilidade de mercadorias (entrega dos produtos ao emprestador de dinheiro no final da produção) e outras modalidades de escambo e agiotagem.
- Dificuldades oriundas da linguagem numa relação conhecimento acadêmico x conhecimento popular.

Estou expondo neste artigo relatos baseados nos resultados das relações interpessoais com os grupos de referência internos e externos das comunidades estudadas, utilizando dois cases (formação de cooperativas de marceneiros e de fabricantes de biscoitos de mandioca) como ilustração de fatos e ocorrências vividas e experienciadas. Também incluí como abertura uma entrevista feita comigo por um grupo de referência formado por profissionais de marcenaria como parte de uma reunião de sensibilização, na qual procurei esclarecer de forma mais assimilável para eles alguns pontos que estavam causando dúvidas e dificultando um melhor relacionamento entre os pesquisadores e os grupos e o entendimento ou compreensão sobre as questões cooperativistas.

UMA ENTREVISTA COMO BASE PARA ABERTURA DE DIÁLOGO

Nas comunidades que foram foco de estudo o que logo se salientou foi que, quase sempre, a palavra final para tomada de decisões das famílias, dos profissionais e dos micro empresários em suas oficinas de carpintaria, marcenaria, manutenção mecânica, padarias, farmácias, armarinhos, etc. pertence aos padres e pastores, políticos e líderes de grupos de referência internos e externos, chefes e donos de empresas distribuidoras e fornecedoras de matérias primas, peças sobressalentes, etc.

Os membros de um grupo de profissionais abordaram-me, após uma sessão de sensibilização, com o propósito de criação de uma cooperativa setorial, e solicitou uma entrevista comigo como parte de uma rodada de discussão, que tinha como sentido facilitar o processo de diálogo e o esclarecimento com o pessoal daquela comunidade.

Com essa entrevista concedida ao grupo de marceneiros de uma região urbana de periferia durante as atividades de articulação para criação de cooperativas setoriais, foi possível constatar nas entrelinhas, durante aqueles questionamentos e contatos, que muitos dos profissionais e micro empresários estavam tentando se articular para criar a cooperativa como forma de escapar da dominação dos atravessadores e dos exploradores agiotas que forneciam ou financiavam materiais, peças e insumos para a fabricação de móveis e tomavam como garantia cheques pré-datados e outros bens das oficinas.

Percebi que havia total desconhecimento sobre os objetivos de uma cooperativa além de ficar demonstrado em um primeiro momento que eles estavam interessados em algo que pudesse suprir suas necessidades de matérias-primas e insumos mais do que interessados em oportunidades de negócios, naquele momento.

Um ou dois desses profissionais tinham alguma independência em relação aos fornecedores e por isso eram sempre colocados em segundo plano quando se tratava de fornecimento de materiais para a confecção dos seus produtos (móveis, armários embutidos, estantes, cozinhas, etc.). Estes conheciam um pouco sobre cooperativismo. A seguir apresento o que consegui registrar em gravador dessa entrevista feita comigo por alguns dos marceneiros engajados na idéia de se criar uma cooperativa de móveis:

Compreendendo o Cooperativismo e a criação da Empresa Cooperativa – Entrevista

- *Professor gostaria que o senhor gastasse um pouco do seu tempo para tirar algumas dúvidas sobre Cooperativismo e Associativismo. Pode ser?*
- **Professor.** Claro. Percebo que muita gente anda interessada em criar uma comunidade de negócio e entre nós existe pouco conhecimento sobre a importância do Cooperativismo, enquanto que a maioria das pessoas parece conhecer mais sobre Associativismo. Pelo menos foi o que senti quando comecei a conversar com vocês após o convite que resultou neste projeto. É bem verdade que necessitamos de algo que consagre os nossos princípios de **liberdade**, intervenha nas **ordens social e econômica**, em defesa dos **nossos** interesses e proporcione para cada um de **nós** melhores resultados em **nossas** atividades pessoais e coletivas. Mas, nem tudo pode ser feito através de Associações quando o assunto é ECONOMIA e NEGÓCIO.

- *O Senhor fala de Negócio e de Liberdade. E como podemos alcançar esta melhoria de resultados e, ainda assim, manter nossa liberdade?*
- **Professor.** Através de um estudo e conhecimento chamado de **COOPERATIVISMO**, criado a partir do verbo **COOPERAR** e do substantivo **COOPERAÇÃO**.
- *Muito bem. Mas, o que é COOPERAÇÃO?*
- **Professor** É a ação que resulta da **reunião de pessoas** que têm um **OBJETIVO COMUM** e uma **CONSCIÊNCIA GRUPAL**. Pessoas que possam separar seus objetivos pessoais, individuais, fechados (objetivos intrapessoais) dos seus objetivos pessoais explícitos (objetivos interpessoais), ou seja, abertos e que podem ser compartilhados com outras pessoas que estão em situação semelhante. Cooperação, então, é correr junto com outros, no sentido de um mesmo futuro, comum a todos e não particularmente do interesse de uns poucos.
- *Como se realiza isto? Como é possível pessoas abrirem mão de objetivos pessoais implícitos e apenas compartilhar seus objetivos comuns, explícitos?*
- **Professor.** Existem dois tipos de reunião de pessoas: o primeiro se faz por mera associação dos indivíduos em torno de alguma necessidade não atendida e o segundo pela **cooperação entre os indivíduos** na busca de concretizar uma ou mais oportunidades para todos. A primeira resulta de **ação auto-afirmativa** e a segunda de **ação integradora**. O primeiro ocorre pelo **interesse pessoal e individual** como principal FOCO, com alguma predominância de valores egoísticos, e o segundo se realiza pelo **interesse coletivo e para atender a um objetivo comum a todos**. No primeiro caso tem-se, geralmente, a formação de grupos associativos e muitas vezes podem resultar na formação de uma Associação. No segundo caso, este último interesse coletivo de cooperação nasce do **Cooperativismo** e é formado por grupos cooperativos, podendo resultar na formação de uma Cooperativa.
- *E o que ocorre quando a cooperação é apenas por interesse próprio e individual?*
- **Professor.** Ele sempre termina, sempre resulta em uma mera associação de pessoas que promovem um consenso artificial que, muitas vezes, chega à falência ou morre quando alguns dos interesses **apenas** pessoais começam a ser satisfeitos para algumas pessoas individualistas e egoístas. As organizações que nascem a partir de um interesse deste tipo são cheias de problemas e resultam em um ambiente difícil de trabalhar e de administrar. Os resultados são sempre fracos e as disputas pelo poder prevalecem em lugar do desenvolvimento de estratégias para a melhoria contínua dos resultados desejados.

- *Neste caso, o melhor mesmo é a cooperação pelo interesse coletivo e com um objetivo comum a todos?*
- **Professor.** Naturalmente. Neste caso a **cooperação** “traz saúde, felicidade, alegria, prosperidade e sabedoria para todos”.
- *E o que vem a ser uma Cooperativa?*
- **Professor.** A Cooperativa é uma **organização socioeconômica** que tem como fundamento a aplicação e a prática do Cooperativismo, tomando como base a **cooperação pelo interesse do todo**, a qual vem traduzida pelo Objetivo Comum e pela Consciência Grupal dos seus sócios, como já falei. É, também, uma organização educativa.
- *E o que vem a ser uma organização socioeconômica dentro deste assunto?*
- **Professor.** É aquela sociedade que reúne os **valores sociais** das pessoas aos seus **valores econômicos** e com isto se torna capaz de fornecer dignidade às pessoas quando esses valores são mutuamente compartilhados, e igualmente distribuídos, como ocorre com as Cooperativas. A organização socioeconômica é o objetivo da filosofia mutualista criada nas primeiras décadas do Século XIX pelos filósofos franceses, em particular pelo trabalho incansável do visionário, socialista e libertário filósofo Pierre-Joseph Proudhon.
- *É. Parece-nos que existe muita coisa difícil, mas esta não é tão complicada como dizem por aí. Explique-nos mais algumas coisas. Por exemplo: o que vem a ser valores mutuamente compartilhados?*
- **Professor.** São **valores materiais** (como bens, capital, trabalho, educação, etc.) e **valores morais e espirituais** que somos capazes de oferecer de forma voluntária, natural e espontânea para **somar** por igual (ou de forma mútua) com outros oferecidos na mesma sincronia e intensidade voluntária por nossos amigos, parentes e colegas de profissão e, assim, compor o todo que vai ser chamado de cooperativa.
- *Quer dizer, então, pelo que entendemos até aqui, que uma cooperativa é a reunião de todos nós em uma sociedade mais justa, mais humana. Podemos dizer que uma cooperativa é a mais humana das sociedades econômicas?*
- **Professor.** Certamente. E tem mais. A **Empresa Cooperativa** (de produção, de educação, de crédito, de trabalho, de consumo, de serviços, etc.) sempre irá realizar operações de compra, venda, empréstimo, distribuição, serviços, sem visar o **lucro selvagem e individualista**, o lucro mercantil como ocorre com as empresas comuns e sociedades limitadas, porque, neste caso, o “lucro” operacional, que na empresa cooperativa é

chamado de **sobra**, é transferido para todos os que compõem o quadro social de acordo com o seu nível de compartilhamento, de mutualidade, de utilização dos serviços da cooperativa e do número de cotas de participação no capital social e não apenas para uns poucos capitalistas ou aqueles que detêm o maior número de quotas ou ações. O mesmo ocorre em relação ao poder, ao controle econômico e financeiro, ao controle social e político. Na cooperativa não existe predominância de uns sobre os outros, pois todos são igualmente capazes de assumir o controle da organização independente do número de cotas ou de prestígios pessoais ou políticos e cada pessoa representa um voto. Todos são iguais em relação ao espírito do negócio cooperativo não existindo predominância de classes, idéias, ideologias, credos ou partidos.

- *E como nós podemos constituir uma Empresa Cooperativa (de produção, de educação, de crédito, de trabalho, de consumo, etc.)?*
- **Professor.** Para tanto, basta reunir no mínimo 20 pessoas (trabalhadores, pequenos proprietários, pais de estudantes, donas de casa, de acordo com o objetivo comum de cada grupo), estudar a Lei que regulamenta este tipo de sociedade econômica no Brasil (Lei nº 5764 de 16 de dezembro de 1971), elaborar um estatuto e, após aprovação em Assembléia Geral, reunir os documentos legais necessários para registro na Junta Comercial e, assim, estará constituída a sua cooperativa.
- *Podemos fazer mais uma pergunta?*
- **Professor.** Naturalmente.
- *Tudo isto que você falou se parece com uma associação. A Cooperativa e a Associação não são as mesmas coisas? Afinal, considerando que nós já temos uma Associação por que devemos criar uma Cooperativa?*
- **Professor.** Muito bem. Como vocês fizeram mais de uma pergunta terei que lhes dar mais de uma resposta. Fiquem atentos porque esta é uma questão complexa e que muitos estão a confundir ou se confundindo nas interpretações divulgadas pelos grupos de interesses. De alguma forma já dei algumas “dicas” que distinguem Cooperativas e Associações. Elas não são a mesma coisa embora elas possam ser complementares. Isto é, uma associação pode contribuir para que se construam cooperativas fortes. Vejamos o que diferencia uma Cooperativa de uma Associação. A Associação está mais para a condição de **interesse pessoal e individual** (como proposições de ação auto-afirmadora) e a busca de **solução imediata** de problemas em uma dada área de interesses, bairro ou ambiente produtivo, a qual, muitas vezes, depende de (ou passa por) algumas decisões de ordem política para as quais o povo não tem força se agir sozinho ou de forma dispersa. Mesmo que o problema de um dado grupo seja, além de social, também de caráter econômico, ainda assim a sua solução pela via do Associativismo fica sempre na dependência das

instituições públicas ou estatais e raramente privadas, o que limita os benefícios a determinadas **regras impostas de fora para dentro** da Associação. Já no Cooperativismo um problema desta ordem encontra soluções, as quais têm em geral um caráter **mediato**, a partir de **regras e ações que nascem dentro do grupo** (como proposições de ação integradora), portanto, de **dentro para fora** da Cooperativa. Se você e seus companheiros têm um problema apenas social e econômico, relacionado com ações que não dependem de vocês, mas da esfera política, então não precisam de uma cooperativa e a sua Associação é suficiente. Contudo, se você e seus companheiros possuem um problema social e econômico, cujas ações podem ser agregadas fortemente dentro do grupo antes de se buscar soluções externas, então vocês precisam de uma Cooperativa. É bom ter as duas porque na primeira (Associação) ocorre uma **forte intervenção política** antes do AGIR ECONÔMICO enquanto na segunda ocorre uma **forte intervenção econômica** antes do AGIR POLÍTICO. Isto implica que na associação o fato político é mais forte que o econômico no caso de solução de problemas, enquanto na cooperativa se dá o inverso, ou seja, o fato econômico é mais forte que o político e as soluções são geralmente iniciadas e até encontradas internamente.

- *Muito bem. Agora parece que compreendemos o que é Cooperativa e como ela é importante para que nós possamos melhorar nossas condições de produção e de vida. Também conseguimos compreender a diferença entre uma Cooperativa e uma Associação. Já não temos mais dúvida sobre a sua importância. Agora já sabemos que não seremos prejudicados se colocarmos nosso dinheiro na Empresa Cooperativa. Obrigado pelos esclarecimentos. Gostaria de deixar algumas idéias para concluir?*
- **Professor.** Gostaria. É importante salientar que as dificuldades para criação, desenvolvimento, administração e sustentação de cooperativas no Brasil e, particularmente, no Nordeste, não se devem a falta de espírito de cooperação nas comunidades. Ele existe, mesmo que seja em forma potencial ou em uma frequência baixa (se pudermos assinalar uma frequência para isto), mas não prejudica a formação e a aprendizagem da filosofia cooperativista. Os maiores entraves que tenho percebido, através de estudos e investigações, para a criação e o sucesso de cooperativas entre nós se devem a confusão que os interpretes fizeram nos seus discursos, entre cooperativismo e associativismo, predominando na linguagem popular esta última expressão, o que se deu por mero interesse político. Outro fator importante é a não inclusão desta filosofia no currículo dos cursos em todos os graus de ensino e, quando ocorre a algum professor introduzi-la como tema lateral em alguma disciplina ou área de estudo o faz tratando de forma enfática apenas como associativismo. Cultura, política, educação, valores sociais, coletivismo negativo, distância do poder, fuga à incerteza e outras variáveis independentes importantes compõem o quadro que possibilita traduzir a ligeira aversão do brasileiro para a formação de cooperativas. Junte-se a isto a vontade de ganância (sobretudo em curto prazo) como interesse pessoal que também limita o

compartilhamento de idéias, objetivos, recursos, energia, economias, etc. entre as pessoas. Este é um comportamento que se desenvolve, sobretudo, dentro das famílias, e se reforça nos contatos dentro das comunidades. Um exemplo interessante foi presenciado nas nossas reuniões com os marceneiros na tentativa de criar cooperativas setoriais. Observei algumas destas variáveis presentes e, em alguns casos, com muita intensidade nas discussões sobre a questão dos recursos financeiros, traduzidas no medo de “perder dinheiro”, de “empregar dinheiro para os outros lucrarem”, de “pessoas de fora se utilizarem dos nossos recursos”, “de concorrentes copiarem nossos modelos”, etc. As pessoas ainda não estão prontas para compartilhar idéias, recursos, energias, bens porque o espírito de **propriedade pessoal e de riqueza em curto prazo** é muito forte no egoísmo delas. Muitas vezes nem mesmo entre familiares se percebe a prática da filosofia mutualista e cooperativista e isto é passado de pais para filhos ao longo das gerações o que exclui o Brasil de um amplo projeto cooperativista natural mundial, sobretudo voltado para a redução da pobreza. Também constatei esta deficiência no tratamento dos membros, os quais são chamados indistintamente, seja na cooperativa seja na associação de “associados” o que dificulta, ainda mais, a formação de uma cultura mutualista e cooperativista no Nordeste. Finalmente, a dificuldade que as pessoas têm para administrar seus próprios negócios por falta de capacitação, de preparo e conhecimento administrativo, técnico e científico, torna o sistema cooperativo brasileiro muito frágil e sujeito à intervenção dos mais fortes em termos de recursos, de conhecimento administrativo, de atuação política e fornecimento de bens e serviços em relação aos mais fracos ou que possuem pequenas propriedades ou empresas, poucas economias ou falta de influências políticas. No sentido político, tanto os liberais quanto os socialistas, com estes mais intensivos que aqueles, não apóiam a formação de cooperativas e incentivam a formação de associações pelo fato de que, na cooperativa, a intervenção política é quase nula enquanto que na associação existe uma forte intervenção política, no caso brasileiro. Estas são algumas das conclusões que tenho obtido em meus estudos e pesquisas com a formação de cooperativas setoriais e gerais. Setoriais porque a cooperativa para ser forte tem que ser mono-econômica para não perder o foco negocial. As cooperativas pluri-econômicas, no Brasil, estão em dificuldades administrativas e financeiras e muitas já quebraram por desvio de foco negocial.

As perguntas nesta entrevista representam uma síntese dos pensamentos e dúvidas dos membros do grupo de marceneiros que foi objeto de estudo para a criação de uma cooperativa de produtores de móveis do Sudoeste da Bahia (cidade de Vitória da Conquista).

A inclusão desta entrevista neste ensaio deve-se, sobretudo, ao fato de servir como base de esclarecimento para uma melhor compreensão dos propósitos maiores da filosofia cooperativista. Tenho observado que pouco se discute os elementos básicos e estruturais do cooperativismo e da constituição de cooperativas fora de aspectos puramente acadêmicos. Estamos o tempo todo

circulando em torno de proposições meramente teóricas e cartesianas que procuram satisfazer mais aos propósitos do pensamento acadêmico, sem adentrar na essência mesma da **cooperação** como uma das principais razões para a sobrevivência dos seres e do próprio planeta. Outro ponto crítico que não consigo visualizar nos discursos, textos e trabalhos de pesquisa em cooperativismo refere-se à aplicação dos princípios e propósitos desta filosofia para se promover a redução da pobreza. Não se pode reduzir a pobreza através de qualquer forma (ou fórmula econômica) de distribuição de riqueza porque riqueza não se distribui; riqueza apenas se acumula; este argumento é mero engodo político-ideológico para amplificar discursos que procuram enfatizar a tão decantada distribuição riquezas.

Em qualquer distribuição de riqueza os últimos a verem um centavo são os pobres da periferia e das zonas rurais, são as famílias que lutam e têm suas energias consumidas para promover essa riqueza que jamais será igualmente distribuída. Isto sim é que se trata de uma utopia falsa e negativa que permeia as falácias de um possível socialismo exclusivo. Estas e outras idéias é o que procurei esclarecer na entrevista considerando que a Cooperativa é a mais justa das sociedades econômicas.

FATORES DE REJEIÇÃO/ACEITAÇÃO À FILOSOFIA DA COOPERAÇÃO

De acordo com Tarthang Tulku (1995), “um dos obstáculos mais comuns à cooperação é nossa tendência a pensar que os nossos próprios sentimentos e atitudes são mais importantes do que os dos outros. Podemos pensar que conseguimos nos sair melhor fazendo as coisas por nós mesmos...”. Este pensamento nos revela alguns valores que contribuem para que os fatores que enumerei e que discuto a seguir se tornem tanto uma ameaça quanto uma oportunidade de nos tornarmos mais cooperativista do que individualista.

1. Fatores de exclusão social, educacional e econômica

O fenômeno da Exclusão (em todas as suas modalidades) no ambiente humano já foi (ou ainda é) tema que tem projetado o discurso ideológico e de predominância dos poderosos que atuam ou comandam alguns grupos e comunidades. A prática, no entanto, tem mostrado que os propósitos – muitos dos quais bem intencionados – não têm sido transformados em resultados e benefícios para os agrupamentos, as comunidades ou os grupos de referência.

Um exemplo que destaco (e comento em artigos) é o de utilizar o sistema cooperativo como base para projeção política como ocorre com os grupos que discutem e desenvolvem para os governos atividades de Economia Social muitas das quais são promovidas através de ONGs que criam as já duvidosas “Incubadoras de Economia Popular de Base Solidária” para criação e desenvolvimento de “Cooperativas Populares”, as quais já discuti como sendo falácias econômicas para servir de palanques para partidos políticos (ver, a propósito, trabalho apresentado no IV Encuentro por SILVA e ATAÍDE, 2006).

O tema exclusão mesmo relacionado com tópicos específicos como mostrado aqui me parece um tanto desgastado, talvez devido aos discursos de base ideológica que prolifera nas comunidades e nas reuniões dos grupos de referência, geralmente sob orientação político-partidária. Tenho muita cautela quando estou tratando deste assunto para não cair no fosso comum já cansativo aos ouvidos dos leitores. Contudo, tenho que incluir aqui como uma discussão orientadora, para abordar este tópico como um dos que gera dificuldades para a criação de cooperativas, em especial aquelas setoriais como foi possível observar pelo comportamento das pessoas que participavam de palestras, reuniões e discussões de estatutos para formalização de algumas cooperativas.

O fenômeno da Exclusão foi um dos possíveis promotores da reação dos trabalhadores de Rochdale para se reunirem e criarem a primeira cooperativa formalmente constituída. Tratou-se de uma reação impulsora e não retardadora de mudança de padrões dentro de uma comunidade de trabalhadores excluídos do trabalho e dos grupos de referência pela revolução industrial. A criação da cooperativa de Rochdale foi, de modo significativo, uma resposta à exclusão econômica daqueles indivíduos e promoveu a superação dos discursos e debates maquiadores da distribuição de renda.

Ao pressentirem os fracassos de suas proposições os líderes políticos e os ideológicos passam a divulgar através de um novo e imponente discurso que as cooperativas não têm competência para proporcionar a felicidade das pessoas e procuram desviá-las para outras modalidades de instituições desde que eles possam sempre manter o poder de interferir no processo diretivo da organização. Daí preferirem que as pessoas criem nos bairros periféricos e nas zonas rurais associações como base para reivindicar as melhorias que necessitam para poderem se sentir incluídos no sistema vigente no Município, no Estado, no País.

No caso específico dos grupos estudados neste projeto verifiquei que, ao contrário da exclusão contribuir para uma reação impulsora contribui para uma reação retardadora gerando nos membros dos grupos o receio e o medo de ousar para a criação de suas cooperativas. No momento em que alguns membros impulsionavam com alguma força proativa, desejando realmente criar a cooperativa, surgia sempre um preposto de algum grupo de referência, muitas vezes externos, para dissuadir àqueles membros mais afoitos positivamente de suas intenções inclusoras.

Como exemplo de experiências vividas com esses grupos tenho como relato o caso do movimento para criação da Cooperativa de Produtores de Biscoitos e Alimentos derivados da mandioca. Fiz várias reuniões com os membros, em sua maioria mulheres que desejam aumentar a renda familiar e todas moradoras de uma vila rural procurando sensibilizá-los sobre os princípios do cooperativismo.

Foram reuniões muito proveitosas no sentido de aprendizagem e de vivência sobre os problemas socioeconômicos das famílias e quase consegui criar uma cooperativa setorial, não se concretizando tal, justamente porque surgiu um subgrupo reativo retardador interno comandado por alguns líderes políticos subvencionados por vereadores que temiam perder votos na próxima eleição, que procuraram impedir sob pressão e ameaça que as mulheres em sua maioria, criassem aquela cooperativa. Este case contempla os cinco fatores enumerados aqui como elementos impulsionadores ou retardadores do processo de criação de cooperativas setoriais como se verá nas discussões dos próximos tópicos.

2. Fatores de dependência do poder

A dependência do poder constituído (empresas, governos, partidos políticos, igrejas, etc.) representa outro fator que identifiquei como promotor da dificuldade de implantação de cooperativas setoriais, em especial como se percebe no relato do caso da Cooperativa de Biscoitos, no qual os líderes políticos dominadores se manifestaram bem claramente e até com certa arrogância na forma de ameaças aos que desejassem continuar com qualquer programa de criação de cooperativas naquela Vila, tanto moradores da vila quanto os pesquisadores consultores que estavam orientando o grupo.

Por ironia os grupos que ameaçavam aquelas pessoas eram formados por políticos da chamada esquerda que, na época, atuava na oposição e que eram os que mais reclamavam de que a sociedade excluía e promovia a dependência das pessoas em relação ao poder e aos grupos econômicos.

Consegui verificar de forma clara e limpa sem ser necessário uma avaliação científica cartesiana e estatística, a manifestação de uma das variáveis discutidas por Hofstede (1983) quando pesquisou a influência da cultura sobre o *management*. A **distância do poder** é uma das dimensões culturais que foi verificada e relatado em seu trabalho sobre Cultura e Desenvolvimento do Management.

As ações daqueles grupos políticos capitaneados por vereadores da oposição (e da esquerda opositora) imprimiam um medo muito intenso às pessoas daquela vila que não rezassem segundo as cartilhas dos seus partidos. Para eles a criação de uma cooperativa poderia reduzir o poder que exerciam na comunidade da Vila Campinhos (objeto do estudo) e eles tinham razão sobre isto.

Uma das características positivas que surgem dos princípios cooperativistas é a reconquista da liberdade e a difusão do poder, uma vez que cada pessoa é um voto e todos têm igual poder sobre os destinos administrativos, econômicos e sociais de uma cooperativa. Isto aqueles políticos sabiam de sobra, o que os levou a investir pressão contra minhas ações dentro daquelas comunidades.

3. Fatores de dependência de grupos mais organizados

A dependência de grupos mais organizados é um fator que se verifica de modo bastante explícito nas comunidades. Foram encontrados dois tipos de grupos: o grupo endógeno ou que se forma no próprio ambiente interno da comunidade e é composto por pessoas mais velhas, homens e mulheres que pareciam politicamente orientados e grupo exógeno aquele que está no entorno da comunidade e que tem controle político, econômico, social, cultural e religioso e que criam uma dependência muito forte para essas comunidades sobreviverem.

O caso mais interessante que detectei em meus encontros com os membros dessas comunidades foi na criação da cooperativa setorial de profissionais de móveis. Defrontei-me com dois grupos. Um interno que se manifestou quando percebeu que a comunidade já estava bem encaminhada para criação da cooperativa e, quase que simultâneo com o interno também se manifestou um grupo externo dos fornecedores de matérias e insumos para a fabricação de móveis.

Estes fatores também são vistos e estão nítidos no caso das mulheres produtoras de biscoito, em especial a ação dos grupos dominadores internos que atuam com força e obriga as pessoas a se moldarem de acordo com suas idéias, vontades e exigências. Ao perceberem as ações destes grupos internos e externos, as pessoas se retraem e começa a se distanciar do círculo dos poderosos preferindo submeter-se à dependência social, política, econômica, religiosa desses grupos do que enfrentá-los, sobretudo porque existem histórias terríveis contadas pelos mais velhos do sofrimento e, até, do desterro e violência que foram causados no passado àqueles que resolveram enfrentá-los. Isto se encaixa no próximo tópico.

4. Fatores culturais e religiosos bem como dependência

As experiências vividas com o projeto de criação e desenvolvimento de cooperativas setoriais na Região Sudoeste trouxeram contribuições bastante interessantes para o estudo do cooperativismo, sobretudo no sentido de promover a educação dos jovens, bem como na formação de indicadores que podem contribuir para a redução da pobreza.

Um ponto crítico que percebi naquelas comunidades, em especial nas rurais, foi um quase-voto de pobreza que cada indivíduo ou cada família professava, o qual se devia a critérios religiosos ou de convivência religiosa e da leitura e interpretação de conteúdos bíblicos feitos por leigos ou mesmo por sacerdotes maldosos ou com intenções dominadoras como forma de se perpetuar no comando de suas igrejas ou seitas.

As atitudes de quase-votos de pobreza reduziam os esforços das pessoas para lutarem por uma causa orientada para a redução daquela pobreza visto que muitos deles e delas se sentiam bem com um imaginário no qual a virtude passava por uma condição de não acumulação de riqueza nem de outros bens

terrenos. A sujeição quase que total aos donos de terra, aos poderosos e aos sacerdotes das diversas religiões parecia não causar qualquer mal ou mesmo prejuízo para aquelas pessoas.

Se patrões, os padres ou pastores determinassem que eles deveriam se reunir para participar das discussões e palestras sobre cooperativismo eles prontamente lotavam o salão da associação rural. Se não ocorresse qualquer manifestação de consentimento ou permissão eles simplesmente ficam afastados do salão de reunião. Além disto, também a consulta aos mais velhos da comunidade era ponto de honra para participar ou não das reuniões.

5. Fatores geradores de senso comum

Em virtude da falta de uma base de estudos científicos mais apurados e devido a uma cultura que se sustentou por uma aprendizagem oral-auditiva decorrente de relatos, geralmente conduzidos pelos indivíduos mais antigos ou mais experientes das comunidades, em detrimento do processo visual-oral, ou de leitura e interpretação, a formação do conhecimento para as pessoas daquelas comunidades se deu em especial a partir de cada realidade observada, percebida e experimentada na cotidianidade por cada um.

Tal situação, muito bem estudada por Berger e Luckmann (1985) contribuiu para formar a estrutura de senso comum vulgar que sustenta as relações sociais em todos os sentidos: social, econômico, cultural, político, religioso e representa o imaginário que conceitua as suas crenças e valores.

Para aquela população rural nas vilas e distritos a idéia de cooperação está assentada na mutualidade das ações entre os vizinhos e, sobretudo, entre os familiares diretos ou indiretos (aqueles que se formam após relações maritais com o seu casamento formal). Para aquelas pessoas uma linguagem que não se coadune ou que não encontre resposta em seu repositório de conversação cotidiana não parece muito válida para as relações dialógicas entre os indivíduos, os grupos e as comunidades.

Estes fatores geradores de senso comum vulgar foram bem percebidos pelos sacerdotes (das várias igrejas que penetram no ambiente rural), tornando-se, assim, o padre um centro de poder e uma base de consultas para as questões que não encontram respaldo vocabular conceitual em sua linguagem diária. E nesses ambientes a palavra “cooperativismo” ainda não está plenamente bem contextualizada, o que dificultou o enlace entre o que os pesquisadores tentavam apurar e o que imaginava os entrevistados para construir uma resposta.

As experiências construídas a partir destes fatores de senso comum foram ricas em informações que servirão para melhorar as contribuições que possam gerar novos conhecimentos e aproximar esses indivíduos de novas realidades, o que se poderá fazer através de uma atuação educacional com imersão em todas as camadas etárias. Mas, um cuidado especial deve ser tomado para

evitar atitudes ou linguagens que não pareçam agredir esse imaginário e, sim, possam enriquecê-lo.

Como salienta muito bem Berger e Luckmann (1985, p.62):

O acervo social do conhecimento inclui o conhecimento de minha situação e de seus limites. Por exemplo, sei que sou pobre, que, por conseguinte, não posso esperar viver num bairro elegante. Este conhecimento, está claro, é partilhado tanto por aqueles que são também pobres quanto por aqueles que se acham em situação privilegiada.

As pessoas são limitadas por seus conhecimentos e consideram que mudar essa situação através de alguém ou algum grupo que não esteja associado à sua realidade social não lhe parece boa coisa em um dado momento. Este foi outro tipo de resistência que encontrei, além daquelas geradas pela incursão de grupos de referência comandados por políticos ou por religiosos dentro daquelas comunidades.

Embora esta última resistência gerada pelo fator do senso comum não tenha sido agressiva, ela deve ser vencida de forma suave e para isto é necessário encontrar “simpatizantes” que queiram aderir à sua idéia, neste caso a criação de cooperativas setoriais para produtores rurais ou para profissionais que atuam na produção artesanal de bens para atender às populações dos diversos bairros ou comunidades.

BASES PARA A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS SETORIAIS

A vivência e convivência com comunidades rurais e urbanas de periferia é um fator preponderante quando se está disposto a promover a criação de cooperativas setoriais objetivando contribuir para a redução da pobreza. Este é um dos pontos que se salientaram dos meus estudos entre outros que enumerei como os fatores de características já explanados.

Através destas experiências foi possível obter elementos que permitiram desenvolver estudos sobre o que denominei de **Coopreendedorismo** bem como a decodificar dois tipos práticos de ações para a criação de cooperativas. Isto me levou a nomear duas vertentes importantes de organizações cooperativadas para fins de gestão, tendo como base os conceitos coopreendedorais, como sejam: a) Cooperativas criadas pelo consenso artificial que podem ser denominadas de **Cooperativas por Necessidade** e b) Cooperativas criadas pelo consenso natural e que denomino de **Cooperativas por Oportunidade**.

O desenvolvimento e a evolução destes tipos de cooperativas em um ambiente de pobreza dependem muito de como são tratados os fatores ou elementos primários que norteiam a vida dessas comunidades. Como resultado dos estudos que realizei foi possível constatar que, pelo menos, existem quatro grupos ou quatro perfis distintos dentro de uma comunidade e o

relacionamento com cada um desses grupos requer cuidados especiais, sobretudo de linguagem. Esses grupos são constituídos com base em uma das seguintes formas de consenso: artificial, quando ocorre a predominância de ações de auto-afirmação, e natural, quando as ações são predominantemente integradoras.

A Figura 1 mostra em cada um dos quatro quadrantes um perfil ou grupo de ação sendo que aqueles que estão à esquerda da matriz se manifestam através de ações mais negativas ou destrutivas e os que estão à direita o fazem através de ações mais positivas ou construtivas. Pela disposição desta matriz percebe-se que não existe um grupo ou perfil puro em forma definitiva senão apenas em forma provisória ou transitória.

Os quatro perfis básicos ou tipos de grupo de referência mostrados na Figura 1 são:

- Proativo (P) ou (++)
- Adaptativo (A) ou (-+)
- Ativo (C) ou (+-)
- Reativo (R) ou (--)

As transições entre um perfil e outro são muito rápidas e não permite aplicar-se em seus estudos os métodos metrificados ou quantificados como vemos em atividades acadêmicas e utilizados em estudos comportamentais tornando-se vital, aqui, algo como o engajamento interpessoal e a observação vivencial para permitir a identificação das tendências possíveis de **perfis em ação**.

Aparentemente em algumas comunidades destacam-se mais as Ações Integradoras do que Ações Auto-Afirmadoras com destaques para o Perfil (+-). Em outras comunidades, no entanto, observou-se com mais destaque as Ações Auto-Afirmadoras que Integradoras com destaques para o Perfil (--). Foram raras as observações para os perfis que estão à direita da Figura 1.

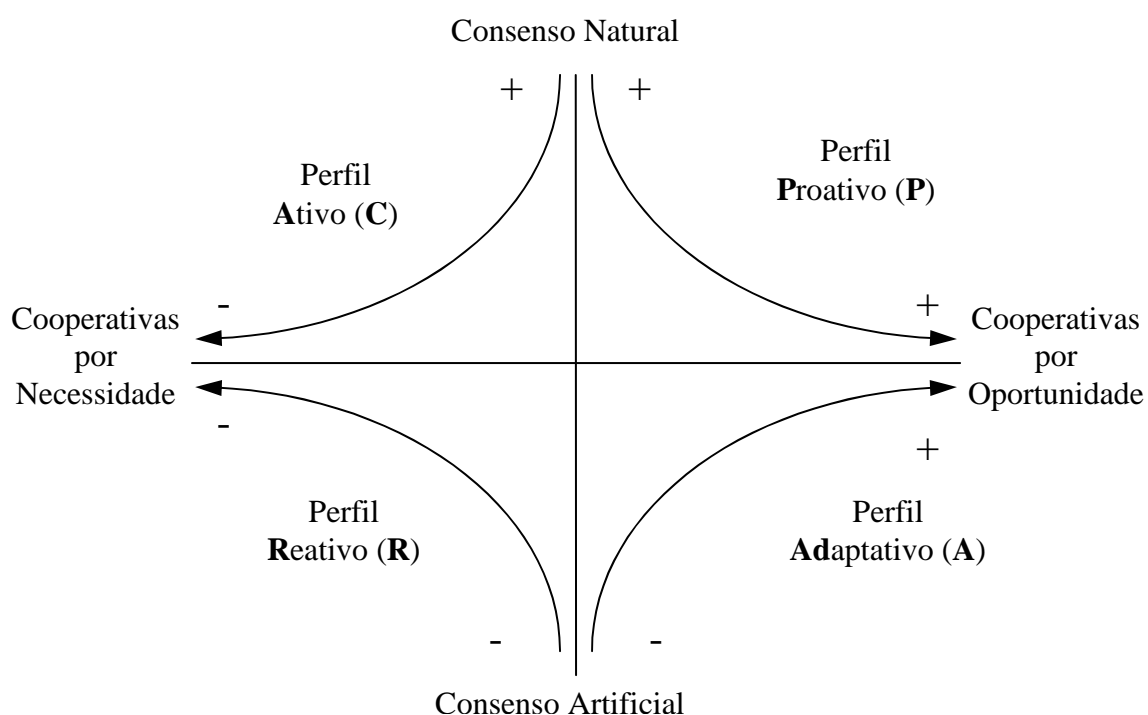


Figura 1 - Tipos de grupos de indivíduos e o perfil PACR cooperativo

Todavia, deve-se considerar que estas experiências foram vivenciadas no Nordeste Brasileiro, em localidades com baixo IDH e nas quais predominam grande distância do poder e grande fuga à incerteza (tomando por base os estudos feitos por Hofstede, 1983). Não considerei necessário, ainda desta feita, aplicar qualquer forma de instrumento para metrificar quantitativamente estes perfis, embora já tenha realizado testes em grupos de referência formados por estudantes que, em bom número são provenientes de áreas rurais ou mesmo urbanas periféricas e os resultados tenham mostrado uma predominância dos perfis que estão do lado esquerdo da Figura 1.

Ao entrar (ou visitar) uma comunidade urbana ou rural é importante identificar a existência de, pelo menos, estes quatro grupos de pessoas e seus respectivos perfis. Como não existe um grupo ou perfil puro o estudioso ou pesquisador deve estar atento para as possíveis mesclas destes quatro tipos os quais podem gerar, pelo menos, outros dezesseis tipos combinados que têm suas ações distribuídas de forma destrutiva e construtiva sejam no nível de auto-afirmação (parte inferior linha horizontal) sejam no nível de integração (parte superior da linha horizontal). Parece complexo, mas, na prática torna-se simples quando se está engajado nos grupos.

Tomando por base estes perfis podemos salientar que para muitos daqueles indivíduos posicionados nos grupos e comunidades talvez estivessem ouvindo a palavra Cooperativismo pela primeira vez o que ainda não soava bem para o seu imaginário comunitário, o que tornava difícil, à primeira vista, contextualizar o que nós falávamos com o que eles acreditavam.

Naquelas oportunidades percebia-se o confronto entre a inteligência coletiva desenhada pela Academia e a inteligência coletiva ainda predominante nas comunidades rurais e urbanas periféricas centradas na linguagem cotidiana dessas comunidades. A primeira inteligência era fruto da leitura e do estudo técnico-científico e filosófico textual a outra originou-se do processo de aprendizagem áudio-oral que circula diariamente através dos contatos pessoais de boca-em-boca e de ouvido-em-ouvido há muitas gerações.

CONCLUSÃO

A redução da pobreza só é possível através da consolidação de uma economia mutualista porque a pobreza não é gerada pela política. Esta, a política, é apenas uma aproveitadora dos desvios econômicos que resultam em estado de heterogestão dos recursos e deixa o espaço aberto para que os líderes políticos exerçam suas ações dominadoras. Foi possível perceber estas ocorrências dentro das comunidades trabalhadas bem como nas formas como reagiam os indivíduos às incursões dos pesquisadores em seus ambientes.

Este trabalho foi muito esclarecedor tanto para os propósitos da pesquisa quanto para os membros das comunidades visitadas. Do ponto de vista da Academia percebeu-se que as metodologias de pesquisa construídas nos gabinetes acadêmicos e salas de aula têm pouca ajuda para o pesquisador em situações críticas dentro de comunidades controladas por grupos de interesse fechados, bem como que os processos estatísticos e quantitativos valem mais para as métricas lineares no ambiente acadêmico do que no ambiente operacional de comunidades pobres. Em certos momentos, a intervenção empírica, a observação e a pesquisa-ação foram mais valiosas do que as escalas de medição de comportamentos e reações individuais e grupais.

Chega-se à conclusão que, no caso do Coopreendedorismo, as pessoas primeiramente estão interessadas em suprir suas necessidades e completar uma renda familiar gasta e fraca do que na construção de modelos sociais, econômicos, culturais. Para eles o que já conhecem parece suficiente e efetivo porque conseguem adquirir confiança nos papéis desempenhados pelos líderes comunitários. O conhecimento é aquele adquirido através da comunicação diária numa leitura oral e auditiva sem muito interesse por métodos, estilos, modelos de linguagem, etc. Para eles não havia muita diferença em criar uma cooperativa e ir à missa ou culto no domingo pela manhã e depois voltar e ir ao quintal vasculhar nos cantos e moitas se alguma galinha pôs ovos que serão utilizados para completar a refeição dominical.

Contudo, os resultados obtidos com este projeto foram muito interessantes tanto em termos de experiências e vivências quanto no ganho de novas técnicas para a abordagem de grupos de referência em ambientes rurais e urbanos predominantemente pobres e com um IDH muito baixo, e parte destas incursões vai aqui relatada neste artigo visando consolidar os princípios que possibilitem criar conhecimento, difundir conhecimento e aplica-los tornando-os

úteis às comunidades, seja através da criação de cooperativas de base familiar ou profissional, seja proporcionando melhor desempenho em uma base cooperativada para os grupos familiares, micro-empresas e produtores rurais. Afinal, a cooperação não é apenas para a criação de uma empresa, mas para o aprimoramento dos laços coletivistas e mutualistas entre as pessoas dentro de comunidades e de empresas.

REFERÊNCIAS

BERGER, I. P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HOFSTEDE, G. *Culture and Management Development*. Genebra, Management Development Branch, Training Department. ILO, 1983.

SILVA, J. M. da e ATAÍDE, V. G. incubadoras de Cooperativas: Mitos e Equívocos. *IV Encuentro de Investigadores Latinoamericanos*, Anais. Rosário 2006.

TULKU, T. *O caminho da habilidade*. São Paulo: Cultrix, 1995.